



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO INTEGRADO**

A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS  
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTEGRADO**  
**A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO**

MÓDULO TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS

CONTABILIDADE PÚBLICA – PROF. PAULO CÉSAR  
MONTANHEIRO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – PROF. DANILO  
MORAIS DOVAL

ESTUDANTES:

ALEXANDRE JUZ DOS REIS JUNIOR, RA 1012020100484  
BRUNO SANTAMARINA BERALDO, RA 1012019100057  
DAUDIRENE LÁZARA BARBOSA, RA 18001005  
MARIANA MOREIRA SIQUEIRA, RA 1012019200449

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA	5
2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2020 e LEI 4320/64	6
2.1.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	14
2.1.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA	18
2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	22
2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO	22
2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO	24
2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO	32
<b>3. CONCLUSÃO</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>36</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

A informação tecnológica está presente em todos os lugares e se tornou fundamental para as organizações de modo geral, garantindo melhor segurança de informações, relatórios que facilitam a análise de modo simplificado, melhor comunicação entre áreas e clareza na compreensão de dados específicos.

A T.I. vem sendo utilizada em diversos setores e com diversos objetivos, desde uma simples realização de tarefas e de consultas até uma complexa automatização de grandes indústrias. Os recursos tecnológicos oferecidos podem garantir uma melhoria na produtividade de uma organização, facilitando a comunicação e interação entre os setores.

Audy, Andrade, Cidral (2005, p. 136) , é possível considerar que um sistema de informação bem sucedido é aquele que proporciona a melhoria do desempenho organizacional pretendida com sua implementação. Assim, a implementação é bem-sucedida quando ocorre a melhoria do processamento das informações e do processo decisório a partir do uso do sistema.

## **2. PROJETO INTEGRADO**

Este projeto integrado irá abordar as principais ferramentas da gestão pública, como a LDO, PPA, LOA, passando pela lei de responsabilidade fiscal. No segundo momento iremos tratar como os sistemas informatizados podem auxiliar os gestores públicos na tomada de decisão e no cumprimento das leis aplicáveis à administração pública.

## 2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

O estudo das Finanças Pública no Brasil, normalmente é limitado às questões orçamentárias e fiscais. A contabilidade Pública é o ramo da contabilidade geral que é aplicado na administração pública, nos três níveis de governo e nas entidades autárquicas e paraestatais, dentro de normas gerais estabelecidas pelo direito financeiro, estatuído pela Lei de nº 4.320, de 17/03/1964.

Com o objetivo de serviços de contabilidade serão organizados para acompanhar a execução orçamentária, e também do conhecimento da composição patrimonial, determinando os custos dos serviços industriais, levantando os balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

O governo tem a responsabilidade de zelar pelo bem estar das pessoas, mas para realizar isso é necessário levantar recursos, que vem da arrecadação de impostos, multas, taxas e outros que são provenientes da população.

No Brasil o processo de planejamento orçamentário é o sistema mais utilizado respeitando o mandamento constitucional do art. 165 da CF que representa o sistema de planejamento integrado com os seguintes instrumentos:

Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de orçamento anual.

A Lei de responsabilidade fiscal conhecida como a lei complementar de nº101, de 04 de maio de 2000, estabelece algumas normas de finanças públicas, portanto é mandatório que os governos se utilizem de ação planejada e transparente na gestão fiscal.

### **2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2000 e LEI 4320/64**

As leis 4.320/64 e a lei complementar n. 101/2000 são distintas em seus objetivos, a lei 4320/64 é referente às normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, já a lei Complementar n. 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Apesar dessas distinções elas estão diretamente ligadas, mesmo que exista algum conflito deve prevalecer a lei de responsabilidade fiscal, pois é lei complementar e também é mais recente, pois três pontos foram alterados que são:

- Conceito de dívida fundada
- Conceito de empresa estatal dependente com todas as implicações legais para essas empresas
- Classificação orçamentária

A lei complementar 101/2000 tem a finalidade de equilibrar as receitas e as despesas e a estagnação da dívida pública, por isso denominada lei de responsabilidade fiscal.

A lei n. 4320/64 é responsável por instituir as normas de Direito financeiro, realizando a classificação e contabilização da receita pública no orçamento da entidade federativa.

#### **Orçamento Público**

O Orçamento Público é o responsável pelo cálculo entre a Receita e a despesa, ou seja, é o resumo do que o governo gasta e arrecada anualmente não é de responsabilidade do governo federal todas as despesas públicas, isso cabe a constituição federal, estabelecer o que é de responsabilidade da União, dos governos estaduais e municipais.

#### **Fases do Processo Orçamentário**

O Poder executivo elabora uma proposta, depois o poder legislativo aprecia e depois gera a execução do processo e o controle e avaliação dessa execução.

### **Princípios Orçamentários**

Para realizar o orçamento deve respeitar os princípios básicos estipulados na lei de n. 4320/64 que são os mais importantes;

- Princípios da Universalidade- todos devem analisar as receita e despesas para realizar o orçamento.
- Princípio da Unidade- cada grupo é responsável pelo seu orçamento, portanto há um orçamento de cada município de cada estado e também o da união.
- Princípio da Anualidade- O orçamento deve ser realizado a cada 12 meses, estabelecendo receitas e fixando as despesas.
- Princípio do equilíbrio- equilibrar as receitas com as despesas para não ter déficit
- Princípio da exclusividade- A Lei Orçamentária é somente baseada em previsão de receita e fixação de despesas.
- Princípio da especificação- o orçamento de despesas e receitas deve ser bem detalhado
- Princípio da Publicidade- deve ser divulgada publicamente a Lei Orçamentária para a sociedade
- Princípio da Clareza- orçamento deverá ser claro e objetivo
- Princípio da Uniformidade- precisa ser consistente para que tenha comparação entre um ano e outro, tornando mais prático.

### **Receita Pública**

A Receita Pública nada mais é que o valor em dinheiro administrado pelo Tesouro Nacional, utilizado para pagar as despesas e os investimentos públicos. É o resultado dos impostos pagos de taxas, contribuições efetuadas pelos cidadãos, as receitas públicas podem se constituir de:

Receita originária- proveniente do patrimônio estatal

Receitas derivadas- são provenientes de tributos e multas através do estado.

## **Classificação da Receita Pública**

### **Receitas Orçamentárias e extra-orçamentárias**

**Receita Orçamentária:** Previstas na lei orçamentária são os recursos públicos que é utilizado nas despesas públicas

**Receita extra orçamentária:** são recursos transitórios do estado, que serão devolvidos futuramente, que não estavam previstos no orçamento, sendo utilizado para efetuar pagamento de despesas extra orçamentárias, sendo que às vezes é possível ser convertidas no orçamento se conseguir decisões favoráveis administrativas.

#### **Quanto a Natureza pode ser:**

In natura- é a realização de prestação de serviços e também obrigações ao estado sem pagamento financeiro um exemplo disso é o alistamento e serviço militar.

Em serviços- Pagamento de obrigações que está sendo utilizado dinheiro.

#### **Quanto á aplicação pode ser:**

Receita geral- Sendo uma receita sem destino antes definido com os impostos em geral.

Receita especial- sendo uma receita que já tem um destino definido.

#### **Quanto a categoria econômica pode ser:**

**Efetiva** -que é quando os recursos não são obrigatórios sendo os impostos do setor público que mudam a condição líquida patrimonial

**Não efetiva**-que não muda a condição líquida patrimonial e não são de arrecadação como as operações de crédito

**Receitas Correntes** significa as receitas em que não existe uma cobrança financeira em relação ao Estado.



- Receita Tributária- Referente aos tributos da legislação tributária como as contribuições, impostos e taxas.
- Receitas de Contribuições- Referentes às receitas Social e também econômico como os encargos parafiscais.
- Receita Patrimonial- está relacionada aos juros e dividendos, pois surge no meio do uso econômico.
- Receita agropecuária- Está relacionado a exploração das atividades agropecuárias.
- Receita Industrial- está relacionado ao resultado das atividades industriais como serviços de utilidade pública e também construção civil e extrativismo mineral
- Receita de serviços- está relacionado às atividades como meio de transporte, serviços, comércio, serviços educacionais entre outras.
- Transferências Correntes- são os resultados de recursos financeiros recebidos de pessoas físicas ou jurídicas sendo utilizadas no atendimento de Despesas Correntes. Importante na compreensão da origem da receita e sua destinação.
- Outras receitas Correntes- Está relacionada às receitas que não se adéquam aos citados anteriormente como os juros de mora, multas, cobranças da dívida ativa entre outros.

### **Receitas de Capital**

Receitas que surgem dos recursos financeiros originado da contração de dívidas.

Operações de crédito- è o resultado da obtenção de recursos com o intuito de suprir as disparidades orçamentárias ou até mesmo financiar obras públicas, são exatamente essas operações de crédito que cobrem os déficits orçamentários.

Alienação de bens- é o resultado da alienação de bens patrimoniais como imóveis e ações.

Amortização de empréstimos- essa amortização é considerada uma receita de capital

Transferência de capital- Está relacionado às despesas de capital e nela devem ser aplicadas.

Outras Receitas de Capital- está associada com as receitas de capital que não podem ser classificadas em outras fontes.

### **Quanto a duração:**

Ordinária- São as receitas periódicas responsáveis no abastecimento dos cofres públicos exemplo disso são os impostos e taxas regulares.

Extraordinária; são as receitas esporádicas que nem sempre entram eventualmente nos cofres públicos, exemplo disso são os IEG empréstimos compulsórios e doações.

### **Suas fontes podem ser:**

Originárias- surgidas através do próprio patrimônio do estado, pois produz os bens e serviços e também realiza atividades parecidas com o setor privado, como por exemplo, a venda de combustíveis que se obtém da vontade do Estado e do setor privado.

Derivadas- Vem do patrimônio dos contribuintes, através de autorização do estado, surgindo através de empresas privadas e da renda de determinadas pessoas que pagam os tributos, penalidades e apreensões.

### **Espécie de receita Pública**

Domínio Público- Estão concentradas e também permanente ao Estado, denominadas como patrimônio da União, dos estados e municípios, que não podem ser vendidos como as escolas, Hospitais etc

Domínio Privado- pertencentes ao estado e geram renda, satisfazendo as necessidades públicas, não prescrevem e também não são passíveis de propriedades exclusivas ou privadas.

### **Estágio da Receita Pública**

**Previsão**- É uma estimativa em relação às receitas na intenção de realizar uma proposta orçamentária para a aprovação no legislativo criando assim uma Lei orçamentária sendo implantada a lei 4.320/64 que originou a previsão da receita.

**Arrecadação-** são os recolhimentos dos impostos que devem ser encaminhados para a Conta única do tesouro Nacional. Sendo caracterizada como direta quando efetuada pelo próprio Estado e indireto quando a arrecadação é efetuada por terceiros conveniados ao Estado, sendo os responsáveis os agentes públicos e também os Agentes Privados.

### **Despesa Pública**

A Despesa Pública é um conjunto de ações feitas pelos órgãos públicos para efetuar o pagamento de serviços do governo feitos para a população e recursos para investimentos.

Sendo uma das vertentes da Política fiscal que deve ser administrada de maneira cautelosa. O desembolso efetuado pelo governo é chamado de Orçamentário saído de recursos não associados aos gastos públicos e também chamado de **Extra orçamentária** que é a devolução de recursos financeiros transitórios.

### **Causa do Crescimento das Despesas Pública**

- Crescimento econômico
- Crescimento populacional
- Problemas sociais e econômicos
- Problemas de gestão

### **Classificação da Despesa Pública**

#### **Quanto à Entidade executora do orçamento;**

**-Despesa Orçamentária Pública** que é realizada por uma instituição pública e com a permissão do legislativo.

**-Despesa Orçamentária Privada-** realizada por entidade privada e necessita de aprovação do conselho superior ou outros procedimentos.

#### **Quanto à categoria Econômica**

-Corrente: As despesas não interferem de forma direta na aquisição de um bem de capital sendo divididas em despesas de custeio e transferências correntes, um exemplo é encargos diversos, pessoal militar, material de consumo, juros de dívida pública etc.

-Capital: sendo as despesas que auxiliam na aquisição de um bem de capital como amortização da dívida e investimentos etc.

### **Impacto na situação Líquida patrimonial**

-Efetiva- reduz a situação líquida patrimonial como as despesas correntes

-Por mutação: não muda a situação líquida patrimonial, um exemplo são as despesas de capital.

### **Quanto à regularidade**

- **Ordinária** que são despesas envolvidas com a manutenção dos serviços estatais como os gastos com funcionários
- **Extraordinária** que são despesas eventuais geradas por situações excepcionais como os casos de calamidade pública.

**Quanto a espécie** pode ser in natura que não utiliza dinheiro e também em dinheiro que são despesas pagas com dinheiro.

### **Quanto ao lugar**

Interna realizadas no país com sua própria moeda

Externa realizadas no país com alguma moeda forte.

### **Quanto ao efeito econômico-**

Produtivo que proporciona retorno financeiro

Não produtivo que não tem retorno financeiro.

### **Quanto a necessidade de ser atendida-**

Úteis podem ser adiadas ou atrasadas

Necessária são as despesas sem possibilidade de adiamento.

### **Quanto aos afins-**

Constitucional despesa que mantém os órgãos do Estado

Administração financeira- contabilidade Pública arrecadação e dívida pública

Informação- auxílio financeiro do setor Público

Dotação que é as rendas nomeadas no orçamento.

### **Requisitos da Despesa Pública**

- Utilidade- atende uma deficiência pública que ajude o maior número de contribuintes
- Possibilidade- as despesas públicas tem que estar de acordo com a possibilidade contributiva das pessoas
- Discussão Pública- só deve ter despesas após as mesmas serem discutidas sobre suas necessidades
- Oportunidade- despesa Pública efetuada no momento correto e necessário
- Legalidade-aplicação da despesa com base nas autorizações legais

### **Fases da Despesa Orçamentária**

Autorização e fixação- envolvida com as fases do planejamento governamental finalizando com a LOA.

**Programação-** distribuir de forma eficaz para sanar as necessidades que já foram aprovadas as despesas mensais, seu objetivo é verificar quais são as prioridades que devem ser atendidas respeitando o cronograma.

**Licitação-** Ajuda a avaliar os melhores materiais e serviços por condições mais viáveis

**Empenho** - sendo uma obrigação de pagamento estabelecida através de uma nota, e pode ter as seguintes modalidades;

**Ordinário** que é a relação de pagamento de uma única parcela como o pagamento de contratação de serviços terceirizados.

**Estimativo** quando não se tem a noção a ser pago como tarifas públicas, hospedagem etc.

**Global** utilizado para pagamentos contratuais como serviços de segurança.

**Liquidação:** direito conquistado pelo credor, objetivando se a conta apresentada pertence realmente ao credor ou beneficiário na nota de empenho.

**Pagamento-** seu objetivo é quitar o débito, sendo realizado com cheque nominal ou ordem bancária ou suprimimento de fundos.

## **2.1.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA**

### **Instrumentos de Planejamento e Orçamento**

O modelo orçamentário brasileiro é estabelecido na Constituição Federal brasileira de 1988 e abordam-se três marcas que definem e compõem que são eles:

Art.65 Leis de Iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- Plano Plurianual-PPA
- Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO
- Lei Orçamentária Anual-LOA

O Plano Plurianual (PPA) tem a vigência de 4 anos, sua principal função é estabelecer diretrizes, objetivos e metas de médio prazo utilizados pela administração pública.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de período anual tem como finalidade nortear a elaboração dos orçamentos anuais e enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o ano seguinte.

Lei Orçamentária Anual- Seu objetivo é estimar a receita e também fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

Todas as metas de médio prazo para as despesas de capital e para as novas despesas, que forma prevista no Plano Plurianual e que fizeram parte em seguida da Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderão agora finalmente, transformar em realidade após sua inclusão na lei orçamentária, pois lá serão programadas as ações a serem executadas, visando alcançar os objetivos determinados.

*Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.*

Portanto o planejamento plurianual tem a responsabilidade de assumir a moldura legal e institucional para a ação nacional e também a formulação dos planos regionais e setoriais.

O § 1º do inciso XI do art. 167 da Constituição Federal ajuda na importância do planejamento brasileiro.

*§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.*

### **Plano Plurianual- PPA**

O PPA é responsável por estabelecer os objetivos e metas planejados pela administração Pública, seu objetivo é ser utilizado como instrumento orçamentário destinados a estabelecer as diretrizes para ações pretendidas pelo governo a médio e longo prazo, sendo que as metas necessita ser estabelecidas especificamente com prazos

datas e valores, sendo muito importante fazer parte do plano plurianual a descrição dos resultados que são esperados pelo governo. Também tem a função de funcionar como uma medida de organização para o governo pois garante a transparência dos gastos públicos e dos investimentos realizados pelo governo.

Em relação ao plano plurianual federal do governo, as metas estabelecidas ajudam a direcionar a prática das ações que serão implementadas pelo governo federal, servindo de base para as ações dos governos estaduais e municipais.

Devem ser definidos no plano plurianual:

- Programas pretendidos pelo governo
- Objetivos a serem alcançados
- Ações que serão colocadas em prática
- Metas e resultados planejados pelo governo

### **Como é feito o PPA**

Deve ser realizado através de uma lei realizada pelo poder Executivo, no caso do governo federal deve ser encaminhado para o congresso nacional até a data limite que é 31 de agosto do primeiro ano de mandato, e o congresso nacional deve votar e avaliar e aprovar o PPA até o término do primeiro ano de mandato.

### **Qual o prazo de validade de um PPA**

O PPA é definido para um prazo de 4 anos, sendo que não corresponde os 4 anos de mandato, por que no primeiro ano de governo deve cumprir o ultimo ano de planejamento do PPA do governo anterior, sendo que nos 3 anos seguidos deve cumprir o planejamento de seu próprio PPA, o que significa que o PPA de um governo é seguido somente no segundo ano de mandato.

### **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**

A LDO tem como principal objetivo definir quais são as prioridades governamentais que disciplina a elaboração dos orçamentos para o exercício financeiro



subseqüente, tem como finalidade nortear a elaboração dos orçamentos anuais, como o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas e o orçamento da seguridade social, de forma que se ajuste as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública, estabelecida no plano plurianual, definindo as regras relativas aos valores que o governo deseja economizar para investir respeitando os limites de despesas definidos de cada um dos poderes Executivo, legislativo e Judiciário.

Diferente do que acontece com o PPA a LDO é elaborada todos os anos pelo governo.

A LDO tem como principal objetivo garantir que as metas que foram previstas no PPA possam ser cumpridas e é utilizada como base para a elaboração da lei orçamentária anual, portanto a LDO funciona como uma ligação entre a previsão de metas estipuladas do PPA e a aplicação da LOA.

### **Como é realizada a LDO**

A Lei de diretrizes orçamentária é realizada pelo poder executivo e necessita ser entregue pelo governo até dia 15 de abril de cada ano. O poder legislativo tem até 30 de junho para votar e aprovar a LDO que será votada no congresso Nacional (federal), nas assembleias legislativas (estadual) e nas Câmaras dos vereadores (municípios) caso não tenha aprovação pelo poder legislativo até a data estipulada acima, o recesso do mês de julho deverá ser suspenso até a votação acontecer.

### **Lei Orçamentária Anual – LOA**

A LOA necessita conter obrigatoriamente uma base da previsão das receitas orçamentárias que são recebidas pelo governo através dos tributos pagos pelos contribuintes, mesmo assim deve estabelecer uma programação de gastos para o exercício subsequente, a lei anual é definida através de uma lei especial.

A programação dos gastos necessita ser fixada e todos os gestores devem obedecer a previsão de gastos que consta na LOA, sendo muito importante planejar e avaliar os rendimentos dos recursos públicos e das prioridades de aplicação do orçamento.

A LOA abrange os seguintes orçamentos:

- Orçamento de seguridade social- abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídas e mantidos pelo poder público, garantindo todos os gastos relativos ao funcionamento da seguridade sócias e também o pagamento das contribuições e as políticas públicas de saúde, assistência social e previdência.
- Orçamento Fiscal- referente aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundação instituída e mantida pelo poder Pública, garantindo todos os gastos relativos ao seu funcionamento.
- O orçamento de investimentos de empresas estatais- este orçamento define os custos de manutenção das empresas estatais que são ligadas ao poder executivo em que direta ou indiretamente a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.

A LOA é dividida em temas, sendo assim são organizados separados os seus gastos devidos para seus investimentos como na área da educação e da saúde, sendo que não pode ser superior a previsão de receitas definidas na lei.

### **Como é feita a LOA**

Elaborada através de um projeto de Lei que necessita ser encaminhada ao congresso Nacional até a data limite de 31 de agosto de cada ano, sendo que o congresso tem até dia 22 de dezembro para aprovar a Lei Orçamentária Anual, sendo que nos casos de estado e municípios, serão encaminhados na Assembléia legislativa e câmara de vereadores para ser analisada e votada.

## **2.1.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA**

O plano de contas se configura na estrutura básica da contabilidade, ou seja, cada transação deve ser escriturada conforme o plano de contas previamente estabelecido para evitar que esses registros sejam realizados de qualquer maneira.

Além das divisões básicas como contas a receber, contas a pagar, despesas e receitas, o plano de contas possui as subdivisões para auxiliar os gestores a manter as contas organizadas e de fácil entendimento, auxiliando na identificação das transações de entrada e saída de recursos.

No setor público temos o plano de contas aplicado ao setor público, conhecido como PCASP.

O PCASP passou a ser obrigatório para todos os níveis do poder público, inclusive fundos, autarquias, fundações e empresas estatais.

Os objetivos do PCASP são:

- 1) Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público.
- 2) Distingue os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- 3) Atender à administração e à administração indireta das três esferas do governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
- 4) Permitir o detalhamento das contas contábeis, a partir do nível mínimo estabelecido pela STN, de modo que possa ser adequado às peculiaridades de cada ente
- 5) Permitir a consolidação nacional das contas públicas.
- 6) Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- 7) Permitir a adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças públicas, a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais – a exemplo do Government Finance Statistics Manual (GFSM) do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como o levantamento de outros relatórios úteis à gestão.
- 8) Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.
- 9) Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.

De acordo com a lei nº 4.320/1964, art 35 o registro da receita orçamentária deve ocorrer no momento da arrecadação, cujo objetivo é evitar que as despesas orçamentárias ultrapassem a arrecadação concreta.

Imaginamos o orçamento de uma entidade pública e sua arrecadação efetiva de receitas, os lançamentos contábeis do ponto de vista do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público seriam os seguintes:

1) Registro da previsão da receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária:

Natureza da informação: orçamentária

D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita

C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

2) Registro da arrecadação da receita durante a execução do orçamento:

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

Natureza da informação: controle

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

Esta mesma lei preconiza que não obstante dos registros ligados à execução orçamentária, também deve-se observar as evidências dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial.

Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador, ou seja, ocorrido o fato gerador, pode-se proceder o registro contábil do direito a receber.

Por exemplo, uma das principais receitas dos municípios provém do IPTU. Conforme a legislação, o fato gerador deste imposto ocorre no dia 1º de janeiro de cada ano, portanto o lançamento do ponto de vista do PCASP será o seguinte:

Lançamento no momento do fato gerador (dia 1º de janeiro):

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

C 4.1.1.2.x.xx.xx Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda

Esse registro provoca o aumento do ativo e do resultado do exercício, atendendo ao disposto nos arts. 100 e 104 da Lei nº 4.320/1964.

Na arrecadação, registra-se a receita orçamentária e procede-se à baixa do ativo registrado.

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

C 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

Natureza da informação: controle

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.x.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

## **2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO**

Neste tópico do Projeto Integrado, vai ser analisado como os sistemas de apoio à decisão podem auxiliar o setor público no processo de tomada de decisão. Gestão de TI, de maneira simplificada, está ligada ao uso e à implementação de sistemas computacionais, sendo parte do processo da Gestão de Informações. Ou seja, é uma das estratégias que o gestor vai empregar para garantir uma cultura organizacional na qual todos entendam a necessidade de compartilhar arquivos, materiais e dados com rapidez e eficiência.

### **2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO**

Para melhor entendimento vai ser comentado desde o início dos gerenciamentos de negócios, Nos anos 2000, surgem os conceitos sobre BPM ou Gestão de processos de Negócio. Nesse momento, a tecnologia da informação passou a fazer parte da visão de gestão de processos. Foram unidas as metodologias das seguintes atividades:

- a representação dos processos por meio da modelagem;
- a definição de regras de negócio com automação;
- o monitoramento do desempenho dos processos executados com o auxílio de softwares específicos.

Até aqui percebe-se que a Gestão de Processos de Negócio é uma abordagem que reúne vários aspectos, uma série de metodologias e práticas. É a união e a evolução estruturada de conceitos já abordados.

A gestão de processos de negócio não é algo que surgiu do nada, que vem como um modismo passageiro. Pelo contrário, ele é toda essência da industrialização e produção, o cerne das empresas. Isso graças a uma abordagem que une vários conceitos de gestão e que envolve melhoria de processos, visão estratégica e tecnologia da informação.

A evolução da gestão de processos de negócios é contínua. Hoje surgem conceitos modernos e que irão evoluir ainda mais tais como Design Thinking, Jornada e Foco do Cliente, Gamificação, Gestão de indicadores e Meritocracias. Todos esses conceitos estão sendo incorporados à metodologia de trabalho da Gestão de Processos de Negócio.

O conceito de Sistema de Informação é aplicável a todo mecanismo projetado com a finalidade de coletar, processar, armazenar e transmitir informações, de maneira a facilitar o acesso de usuários interessados, solucionando problemas e atendendo suas necessidades.

Para estruturar um sistema de informação, é preciso desenvolver soluções que atendam às finalidades desejadas, destacando-se, por exemplo, o controle de processos internos, como o volume de vendas ou a disposição de itens no estoque.

Embora cada componente execute uma função específica, todos eles estão inter-relacionados em prol do cumprimento de uma meta comum. Destaca-se também a conversão de dados em informações, ou seja, obter conhecimento a partir de dados brutos, o que é essencial na tomada de decisões mais assertivas atualmente, onde tem-se uma grande massa de dados distribuídos pela Internet.

O que leva as empresas a investirem em Sistemas de Informação?

Em tempos onde as empresas devem se adequar a padrões de exigência cada vez mais altos, a exploração dos fundamentos de sistemas de informação transformou-se em um importante diferencial capaz de potencializar a competitividade das organizações.

Isso porque, via de regra, a informatização dos sistemas reduz drasticamente a ocorrência de falhas, permitindo que elas sejam identificadas e corrigidas mais rapidamente. Além do mais, centraliza a gestão dos diferentes processos de uma empresa, possibilitando que os resultados alcançados sejam analisados de forma individual ou integrada.

Ademais, frente ao alto volume de informações produzido por uma companhia, vale lembrar que a checagem e conferência feita por seres humanos desperdiça muito tempo.

Com a automação, as pessoas podem concentrar seus esforços nas atividades onde a sua intervenção se faz realmente necessária.

**Evolução dos sistemas de informação** Com o passar do tempo, a necessidade para suprir a demanda de consumidores por produtos em quantidade suficiente e com uma melhor qualidade foi aumentando, e esse aumento de demanda ocorreu também pelo processamento das informações, o que começou com um simples processamento de dados, hoje proporciona às empresas o que chamamos de vantagem competitiva, que é muito importante para as estratégias empresariais.

A vantagem competitiva auxilia as empresas desde o planejamento, como na execução em todas as suas áreas (seja para projetar um novo produto ou uma nova linha de montagem para esse produto) até a melhor forma de levar o produto ao consumidor. Isso é realizado comparando os dados com a performance da concorrência, para cada vez mais estar na frente de todos.

A TI proporciona às empresas muitas possibilidades, participando de praticamente todos os processos. Auxilia na tomada de decisão, na confecção de controles e na execução das atividades. Podemos apresentar inúmeros exemplos de empresas que estão na vanguarda da utilização desse poderoso instrumento, como a IBM, a grande cadeia de suprimentos WAL-MART, a companhia aérea GOL, entre outras de vários segmentos.

### **2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO**

A sigla ERP significa “Enterprise Resource Planning”, ou sistema de gestão integrado. Essa tecnologia auxilia o gestor da empresa a melhorar os processos internos e integrar as atividades de diferentes setores, como vendas, finanças, estoque e recursos humanos.



A partir da centralização das informações em uma única plataforma, o fluxo de dados corporativos se torna mais fluido e é compartilhado com facilidade. Ao mesmo tempo, essas soluções eliminam a duplicidade de informações.

Com isso, a solução se mantém como uma base única e íntegra. O resultado é o acesso a insights valiosos, que contribuem para uma tomada de decisão acertada.

O desenvolvimento do sistema ERP começou há mais de 100 anos. O engenheiro Ford Whitman Harris criou um modelo EOQ (Economic Order Quantity) para programar a produção. Ele foi utilizado por décadas até que a fabricante de ferramentas Black & Decker adotou outra solução para planejar as necessidades de materiais.

O novo método ficou conhecido como MRP (Material Requirements Planning). Na prática, alguns conceitos do EOQ foram utilizados e integrados a um computador. Essa ferramenta foi usada por muitos anos até ser desenvolvida uma nova metodologia em 1983, a MRP II (Manufacturing Resource Planning).

Nessa evolução, foram adotados módulos diferenciados e componentes da arquitetura de software para integrar as atividades da companhia relacionadas às compras e ao gerenciamento de contratos. A MRP II também permitiu a integração de dados e o compartilhamento de informações entre os diversos departamentos da companhia, a fim de melhorar a produção e reduzir os desperdícios.

A tecnologia evoluiu nas décadas de 1970 e 1980, e a MRP II também. Seus conceitos foram empregados em diferentes atividades empresariais. Tanto que a nova ferramenta passou a incorporar os setores de finanças, RH e vendas. Em 1990, esse sistema foi denominado ERP.

É importante compreender que as soluções tecnológicas estão em constante evolução para oferecer cada vez mais funcionalidades e benefícios aos negócios. Sendo assim, a ferramenta tende a passar por atualizações frequentes, com o objetivo de acompanhar as mudanças do mercado.

Em um primeiro momento, o sistema ajuda o gestor a administrar as contas a pagar e a receber, monitorar as vendas e acompanhar os pedidos de compras. A

ferramenta também contribui para a gestão de pessoas, por meio da oferta de informações sobre a produtividade da equipe, por exemplo. Dessa maneira, o sistema ERP facilita o gerenciamento das informações de diversos setores da organização.

Essa característica aumenta o controle e o acompanhamento dos processos. Afinal, se cada departamento utilizar um software diferente, podem ser gerados erros nas informações que comprometem a capacidade produtiva.

Por sua vez, a integração dos dados aumenta a eficiência da gestão e dá rapidez aos procedimentos. A comunicação entre as equipes também passa a ser mais efetiva e os problemas podem ser resolvidos com agilidade. A consequência são menos impasses com clientes ou fornecedores.

Como esse processo funciona na prática? Por exemplo: o ERP identifica que uma matéria-prima foi encaminhada ao setor de produção. De maneira automática, esse item é retirado do estoque e as informações do setor de compras são atualizadas. Desse modo, há mais facilidade para controlar a necessidade de aquisição de materiais.

Além disso, o sistema pode auxiliar os departamentos de RH e finanças. Por exemplo: o gestor de recursos humanos lança os dados dos colaboradores, enquanto o financeiro insere as informações de pagamentos. Nesse processo, a solução faz o controle de todo o ciclo para evitar erros nos valores repassados.

Por fim, o setor de marketing também pode utilizar o software de gestão. Ao perceber que um produto apresenta queda nas vendas, você pode realizar uma campanha específica para mudar a situação e evitar um prejuízo. Ainda existem outras funcionalidades oferecidas pelo ERP, entre elas:

- simplificação de processos operacionais;
- união de inteligência e qualidade para as informações;
- controle de estoque e de custos;
- gestão integrada dos dados;
- controle e cumprimento dos prazos;
- aumento da produtividade.

Desse modo, fica claro que todos os setores são beneficiados. No entanto, saber o que é o ERP é apenas o primeiro passo. Mais que as aplicabilidades já destacadas, essa solução também fornece mais transparência às ações executadas.

Muita gente que sabe o que é o ERP acredita que essa solução serve apenas para grandes companhias. Isso é um mito. Até mesmo pequenos negócios podem optar pelo sistema. Veja como usar o sistema nos três casos.

#### Pequenas empresas

Nesse caso, o sistema de gestão empresarial acompanha o crescimento do negócio a partir de um plano básico, que tem um investimento inicial mais baixo, mas oferece os recursos necessários para o bom andamento da companhia.

Assim, você paga apenas pelo que utilizar e, como consequência, evita o desperdício. Além disso, obtém informações corretas sobre várias áreas — como estoque, financeiro e comercial —, o que permite obter eficiência e inteligência nos processos de gestão.

Isso ocorre por meio da eliminação de planilhas e implantação de recursos tecnológicos, que gerenciam todos os aspectos do negócio. Com isso, é possível atingir resultados melhores.

#### Médias empresas

As médias empresas têm a chance de se tornarem mais inteligentes com o ERP. Isso acontece pela automação com inteligência artificial e análises preditivas. Desse modo, os colaboradores atuam de maneira mais estratégica.

Ao mesmo tempo, são obtidos insights valiosos, que geram melhorias para a experiência dos usuários internos e externos. Com o tempo, são implantadas outras inovações, que permitem aumentar o compliance nos diferentes processos, como os financeiros, de compras, RH, gestão da cadeia de suprimentos e mais.

#### Grandes empresas

Nessa última opção, são acrescentados mecanismos de inteligência artificial e machine learning para identificar oportunidades de negócio e implantar melhorias. A partir disso, são adotados diferentes recursos, como:

- deep learning: aprendizado profundo que reproduz o funcionamento dos neurônios para fornecer uma resposta;
- smart data discovery: é o futuro do BI e visa ao entendimento de todos os dados para gerar relatórios automáticos;
- análise preditiva: verifica a probabilidade de um evento ocorrer a partir de diferentes variáveis analisadas por um algoritmo;
- aprendizado supervisionado: prevê a possibilidade de decorrer determinado acontecimento futuro a partir de um histórico de dados;
- aprendizado não supervisionado: identifica características semelhantes de um grupo, por exemplo, de clientes;
- aprendizado por reforço: usa-se tentativa e erro para definir quais ações trazem mais recompensa. O dispositivo interage com o ambiente e oferece um feedback, a fim de potencializar os resultados.

Com essas ferramentas, sua organização oferecerá uma experiência digital melhor, com automação de tarefas e execução de processos de última geração. Assim, são incorporadas tecnologias inteligentes para subsidiar as tomadas de decisão.

#### Redução de custos

O software ERP tem o importante papel de integrar informações de diferentes departamentos do negócio, a fim de facilitar o acesso aos dados. Dessa forma, o gestor acompanha melhor o dinheiro disponível em caixa e identifica o valor necessário para dar continuidade às operações.

Por consequência, ele pode fazer um diagnóstico mais aprofundado sobre as medidas necessárias para diminuir custos sem afetar a produtividade. A ferramenta também ajuda a identificar os níveis necessários de estoque.

O propósito é evitar uma quantidade excessiva de materiais e trabalhar com o estoque mínimo, a fim de evitar despesas significativas e a perda de oportunidades.

#### Acompanhamento das vendas

Um sistema ERP também possibilita monitorar o desempenho da equipe de vendas e dos produtos com maior saída. Dessa forma, o gestor identifica se é necessário investir mais em determinado segmento, por exemplo, ou se a melhor estratégia é a descontinuação de um item que não gera resultados expressivos para o negócio.

A ferramenta ainda faz o registro da venda de um produto, com a baixa automática do item no estoque. Esse processo contribui para evitar erros sobre identificação da quantidade disponível para comercialização, por exemplo, o que favorece a diminuição de falhas durante as negociações.

Além do mais, muitos sistemas de gestão permitem a criação de alertas pelo responsável do setor de estoque, com o intuito de ser informado sobre o momento em que o nível de armazenamento chegou a um limite mínimo recomendado. Com esse dado, é possível solicitar ao setor de compras a realização de um novo pedido ao fornecedor.

#### Transparência e segurança

O sistema ERP cria uma base centralizada de dados corporativos — situação que gera mais transparência aos processos e às informações. As atividades de cada área aparecem em uma única tela para os usuários, no formato de um dashboard. Com isso, há mais facilidade no monitoramento das demandas de cada setor.

Além disso, um software de gestão aumenta os níveis de segurança dos dados do negócio, como vimos. Afinal, muitas ferramentas já possibilitam o envio das informações para a nuvem, que, geralmente, conta com sistemas robustos de proteção.

#### Integração:

Os gestores nem sempre utilizam recursos tecnológicos na gestão e administram as informações do negócio com o uso de planilhas de Excel. Apesar de ser uma alternativa bastante utilizada, torna-se inviável quando a companhia cresce ou deseja se consolidar no mercado.

Nesse caso, o controle fica mais difícil, pois o número de dados aumenta e os setores têm mais dificuldade de promover uma comunicação eficiente. A integração de ferramentas ainda facilita esse monitoramento do gestor e dos colaboradores da companhia.

Assim, o sistema ERP permite acompanhar diversos departamentos ao mesmo tempo. O setor financeiro, por exemplo, pode ter acesso às informações da área de compras e efetuar o pagamento dos fornecedores. O software também simplifica o monitoramento da previsão de vendas.

Com a identificação dos pedidos feitos pelos clientes, a equipe de produção programa suas atividades com mais eficiência. Por sua vez, o setor de estoque verifica com mais agilidade se os níveis dos itens estão adequados para atender à demanda, por exemplo.

Fica claro, portanto, que essa integração de informações ajuda o gestor a fazer análises mais precisas sobre o negócio. O resultado é a tomada de decisão mais eficaz, que favorece o crescimento da empresa.

Diminuição de erros:

O uso de diferentes sistemas dentro da companhia pode gerar falhas na comunicação entre as plataformas e erros nas informações. A mesma situação ocorre quando os colaboradores preferem encaminhar dados por e-mails ou planilhas de Excel.

Com o uso de um sistema ERP, há diminuição de falhas no gerenciamento e no registro das informações. A solução também evita que dois setores diferentes precisem cadastrar dados semelhantes, mas que terão usos diferenciados.

Por exemplo: os vendedores lançam os dados sobre os pedidos no software. As informações já seguem para a equipe administrativa, que as utiliza para fazer a emissão de notas e boletos. Elas também são repassadas à equipe de expedição de pedidos, a fim de diminuir o tempo de espera do cliente e os erros cometidos nesses processos.

Como saber se a empresa precisa de um sistema ERP?

Cada negócio tem um perfil e diferentes desafios. Contudo, alguns sinais ajudam o gestor a identificar se a sua empresa passa por dificuldades. Essas indicações sinalizam a hora de buscar soluções mais efetivas para a organização.

Conheça os fatores que mostram que a companhia precisa de um sistema inteligente para melhorar os processos:

- a equipe gasta muito tempo em tarefas que poderiam ser automatizadas;
- o gestor não tem acesso aos dados e precisa ser informado pelos demais colaboradores sobre decisões importantes para o negócio;
- a empresa atua com vários fornecedores, de diferentes regiões do País ou do mundo;
- a companhia tem diversos softwares que foram implantados ao longo dos anos, mas eles não estão conectados uns aos outros;
- a equipe não identifica quais são os níveis exatos de estoque disponível;
- o gestor perde muito tempo buscando informações sobre a empresa e tentando encontrar soluções para aumentar a produtividade e a eficiência;
- os colaboradores não conseguem compartilhar as informações com facilidade, situação que deixa a companhia suscetível a erros;
- o gestor tem dificuldade para cumprir as normas vigentes e já recebeu multa por falha em compliance;
- Os problemas demoram para serem identificados e a equipe não consegue ser proativa para resolver situações simples.

Se você perceber que algumas dessas situações ocorrem na sua empresa, é o momento de investir em um sistema ERP. Por isso, vale a pena entender como funciona a sua adoção.

### **2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO**

A utilização de sistemas de gestão pública vem crescendo cada vez mais no setor. Já passou a época em que a inovação era pertinente apenas às empresas privadas. Hoje, o processo de transformação digital também alcançou o setor público que visa otimizar suas atividades internas e os serviços prestados.

Com o objetivo de auxiliar a otimização de diferentes setores ligados ao Governo, os sistemas de gestão pública vêm sendo utilizados com frequência pelas instituições. O objetivo é buscar a melhoria do controle de recursos públicos e dos processos laborais internos, para que desta forma, seja possível a oferta de serviços mais ágeis e eficientes à população. Os sistemas são responsáveis pela automatização de processos que são peculiares aos servidores, reunindo dados e possibilitando aos gestores as tomadas de decisões de formas mais estratégicas.

Um exemplo de ERP no setor público que geraria uma maior automatização de processos manuais, e conseqüentemente, otimizaria o tempo e qualidade do serviço do colaborador seria um ERP de gestão de pessoas e folha de pagamento.

Esse sistema geraria automaticamente a folha de pagamento dos funcionários de cada área específica, já seguindo toda legislação referente a cada uma delas, contendo especificações e informações da vida laboral dos funcionários, além de gerar relatórios para que os gestores responsáveis acompanhem em tempo real as informações auxiliando uma melhor eficiência para tomada de decisões. O resultado da utilização deste tipo de ERP é auxiliar o gestor a analisar redução de custos, alocações entre os setores, otimização de atividades, entre outros benefícios.



### **3. CONCLUSÃO**

Como vimos ao longo do projeto integrado, o uso da tecnologia da informação é essencial para a administração pública, principalmente para auxiliar os gestores na tomada de decisões e no cumprimento das leis, tais como a LDO, LOA e na elaboração do PPA.

Verificamos como essas leis são importantes para o planejamento e elaboração do orçamento do ente público para o cumprimento das metas de responsabilidade e a correta distribuição dos recursos em prol da sociedade.

Abordamos também como o plano de contas aplicado ao setor público auxilia na padronização das contas públicas, permitindo assim facilitar a fiscalização pelos órgãos de controle, melhor transparência, consolidação à nível nacional, análises estatísticas, entre outros benefícios.

## REFERÊNCIAS

AUDY, Jorge; ANDRADE, Gilberto; CIDRAL, Alexandre. **Fundamentos de Sistemas de Informação**. Rio Grande do Sul: Bookman, 2005.

Despesa pública na Lei de Responsabilidade Fiscal, disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6144/despesa-publica-na-lei-de-responsabilidade-fiscal>  
acesso em: 07/09/2021

Despesa Pública, disponível em :  
<https://www.okconcursos.com.br/apostilas/apostila-gratis/129-financas-publicas/1206-d-espesa-publica> , acesso em: 11/09/2021

Fundamentos da tecnologia da informação, disponível em:  
<https://unifeob.grupoa.education/sagah/object/default/8842690> , acesso em: 09/09/2021

Lei nº 4.320/64, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)  
Acesso em: 19/09/2021

Lei 101/64, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)  
Acesso em: 19/09/2021

Manual de contabilidade Aplicada ao Setor público, disponível em:  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:31484](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484) ,  
Acesso em 19/09/2021

Nove objetivos do PCASP disponível em:  
<https://contabilidadepublica.com/objetivos-do-pcasp/> , Acesso em: 19/09/2021

Planejamento Orçamentário, disponível em:  
<https://transparenciafacil.maraba.pa.gov.br/planejamento-orcamentario/> , acesso em:  
18/09/2021

Saiba o que é PPA, LDO e LOA, disponível em:  
<https://acessepolitica.com.br/saiba-o-que-e-ppa-ldo-e-loa/> acesso em: 18/09/2021

SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA: ENTENDA SUA IMPORTÂNCIA PARA O SETOR. **Ergon**, 2021. Disponível em <<https://blog.ergonrh.com.br/sistemas-de-gestao-publica-importancia/>>. Acesso em: 17 de set. de 2021.

Tudo sobre sistemas de informação disponíveis em:

<https://portal.unigranrio.edu.br/blog/o-que-e-sistemas-de-informacao> , acesso em:10/09/2021

# **ANEXOS**